



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE ESTADO DO PARANÁ

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

O Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, torna público que fará realizar às **14:00** horas, do dia **16/02/2017**, na sede da Prefeitura do Município, sala de licitações, sito a Praça Mariana Leite Félix, 800, centro, Jardim Alegre, licitação, na modalidade **PREGÃO**, forma **PRESENCIAL**, tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para **Aquisição de Peças para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Maquinários Pesados, Veículos Pesados, Utilitários e Leves da frota pertencentes ao Município de Jardim Alegre.**

A documentação completa do edital, objeto da licitação, poderá ser examinada no endereço supramencionado juntamente com a equipe responsável pela divisão de licitação, ou no site: www.jardimalegre.pr.gov.br.

Maiores informações na sede da Prefeitura do Município de Jardim Alegre, endereço supramencionado. Fone: (043) 3475-1256/2107.

Jardim Alegre, 03 de Fevereiro de 2017.

José Roberto Furlan
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 - PMJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O

MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE E A(S) EMPRESA(S) ABAIXO RELACIONADA(S), VISANDO A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**, COM VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME SEGUE:

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o **MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº

75.741.363/0001-87, com sede à Praça Mariana Leite Felix, 800, centro, nesta cidade de

Jardim Alegre – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. José Roberto**

Furlan, portador da Cédula de Identidade, R.G. nº 3.468.417-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 571.498.609-15, residente e domiciliado nesta cidade de Jardim Alegre-PR e, de outro lado, a(s) empresa(s):

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS JARDIM FLORESTAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº 07.417.518/0001-74, com sede na Rua Londres, nº 027-A, na cidade de Jardim Alegre – PR, neste ato representada pelo Sr. **Carlos Jacinto**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade, R.G. nº 6.075.612-0 SSP/PR e inscrito no C.P.F./M.F. nº 857.808.049-15, com os preços dos itens abaixo relacionados:



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

LOTE 02: Jardim Florestal (Kombi/Van)

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
02	Água da Paca – Florestal	Matutino	33	7.260	2,80	20.328,00
	Água da Paca – Florestal	Vespertino	33	7.260	2,80	20.328,00
	Água da Paca – Florestal	Noturno	33	7.260	2,80	20.328,00
TOTAL			99	21.780		60.984,00

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
03	30 Alqueires – Florestal	Matutino	20	4.400	2,80	12.320,00
	30 Alqueires – Florestal	Vespertino	20	4.400	2,80	12.320,00
	30 Alqueires – Florestal	Noturno	20	4.400	2,80	12.320,00
TOTAL			60	13.200		36.960,00

TOTAL GERAL: R\$ 97.944,00 (noventa e sete mil novecentos e quarenta e quatro reais).



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

M. F. FRAGA MATIAS – EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº 13.495.309/0001-41, com sede na Rua Dorvalina Dias de Jesus, nº 1.180,

Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã - PR, neste ato representada pelo Sr. **Marcos**

Fernando Fraga Matias, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade,

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

R.G. nº 9.654.062-0 SSP/PR e inscrito no C.P.F./M.F. nº 009.658.249-93, com os preços dos itens abaixo relacionados:

LOTE 03: Assentamento Oito de Abril (Ônibus)

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
05	Xaxim – Escola José Clarimundo Filho	Matutino	80	17.600	3,50	61.600,00
	Xaxim – Escola José Clarimundo Filho	Vespertino	66	14.520	3,50	50.820,00
TOTAL			146	32.120		112.420,00

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
-------	----------------	---------	--------------	------------------------	----------	----------------------



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

06	Madalena – Escola José Clarimundo Filho	Vespertino	64	14.080	3,50	49.280,00
	Madalena – Escola José Clarimundo Filho	Noturno	60	13.200	3,50	46.200,00
TOTAL			124	27.280		95.480,00

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
07	Grotão – Escola José C. Filho	Matutino	80	17.600	3,50	61.600,00
	Grotão – Escola José C. Filho	Vespertino	70	15.400	3,50	53.900,00
	Grotão – Escola José C. Filho	Noturno	61	13.420	3,50	46.970,00
TOTAL			211	46.420		162.470,00

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
08	Perobal – Escola José C. Filho	Matutino	90	19.800	3,50	69.300,00
	Perobal – Escola José C. Filho	Vespertino	90	19.800	3,50	69.300,00
	Perobal – Escola José C. Filho	Noturno	70	15.400	3,50	53.900,00



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Filho					
-------	--	--	--	--	--

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

TOTAL	250	55.000		192.500,00
--------------	------------	---------------	--	-------------------

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
09	Café – Escola José C. Filho	Matutino	65	14.300	3,50	50.050,00
	Café – Escola José C. Filho	Vespertino	65	14.300	3,50	50.050,00
TOTAL			130	28.600		100.100,00

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
10	Central – Escola José C. Filho	Matutino	75	16.500	3,50	57.750,00
	Central – Escola José C. Filho	Vespertino	75	16.500	3,50	57.750,00
	Central – Escola José C. Filho	Noturno	62	13.640	3,50	47.740,00
TOTAL			212	46.640		163.240,00



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

TOTAL GERAL: R\$ 826.210,00 (Oitocentos e vinte e seis mil duzentos e dez reais).

G. C. DE OLIVEIRA TRANSPORTE ESCOLAR - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº 19.054.450/0001-95, com sede na Fazenda Floresta, S/n, na cidade de Jardim Alegre - PR, neste ato representada pelo Sr. **Geraldo Calixte de Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade, R.G. nº 1.682.117 SSP/PR e inscrito no C.P.F./M.F. nº 149.513.639-68, com os preços dos itens abaixo relacionados:

LOTE 02: Jardim Florestal (Kombi/Van)

Linha	Linha-Percurso	Período	Total Km/Dia	Total 200 Dias Letivos	V. Unit.	Valor Total/200 dias
04	Fazenda Floresta - Florestal	Matutino	33	7.260	2,80	20.328,00
	Fazenda Floresta - Florestal	Vespertino	30	6.600	2,80	18.480,00
	Fazenda Floresta - Florestal	Noturno	33	7.260	2,80	20.328,00

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

TOTAL	96	21.120	59.136,00
--------------	-----------	---------------	------------------

TOTAL GERAL: R\$ 59.136,00 (Cinquenta e nove mil cento e trinta e seis reais).



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

doravante denominados CONTRATADOS, resolvem registrar os preços, com integral observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Decreto nº 063, de 27 de julho de 2007, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para a **contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, em veículos denominados ônibus, kombis e vans, para execução em 200 (duzentos) dias letivos no ano de 2017, na circunscrição do Município de Jardim Alegre.**, de conformidade com as especificações previstas no **Anexo I** e propostas apresentadas na licitação Pregão Presencial nº 001/2017 e Processo Administrativo nº 001/2017, que integram este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de conformidade com as necessidades da Administração e, quando necessários, serão desempenhados de forma **mensal/contínua** nos locais indicados pelo Departamento de Educação, mediante emissão de **Nota de Autorização da Despesa** expedida pela Divisão de Compras. Deverão obedecer os 200 (duzentos) dias letivos dentro da vigência da presente Ata de Registro de Preços, que é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL

4.1 – A CONTRATADA deverá retirar a Nota de Autorização da Despesa no



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pelo setor de licitação, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

5.1 – O prazo máximo para início da prestação dos serviços e apresentação dos veículos perante o Departamento Municipal de Educação é até o dia **09 de fevereiro de 2017**.

5.2 – Caso o Departamento Municipal de Educação verifique que o veículo apresentado não atende às exigências legais, deverá comunicar formalmente à empresa a

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim

Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

ser contratada, que deverá promover as referidas substituições no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação.

5.3 – Feita a vistoria veicular, o Departamento Municipal de Educação deverá elaborar relatório sucinto, descrevendo as condições do veículo contratado.

5.4 – Durante a execução contratual, a empresa a ser contratada deverá manter os veículos em boas condições mecânicas e operacionais segundo os fins a que se destinam, bem como deverá manter em serviço condutor devidamente habilitado na forma da legislação vigente.

5.5 – Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados de acordo com as exigências estabelecidas pelo Departamento Municipal de Educação, órgão responsável pelo seu acompanhamento.



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

5.6 – Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços mensal/contínuos (lotes: 01, 02 e 03) deverão atender, no mínimo, as características abaixo:

I - Os veículos tipo ônibus deverão possuir:

- a) Registro como veículo de passageiros no órgão competente;
- b) Capacidade mínima de 30 passageiros;
- c) Iluminação interna com lâmpadas fluorescentes;
- d) Extintor de incêndio dentro das normas legais;
- e) Triângulo de sinalização;
- f) Adesivos com identificação de veículo “**ESCOLAR**”, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria;
- g) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira.

II - Os veículos tipo vans/kombis deverão possuir:

- a) Registro como veículo de passageiros no órgão competente;
- b) Capacidade mínima de 09 e máxima de 16 passageiros;
- c) Iluminação interna com lâmpadas fluorescentes;
- d) Extintor de incêndio dentro das normas legais;
- e) Triângulo de sinalização;
- f) Adesivos com identificação de veículo “**ESCOLAR**”, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria;



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

g) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira.

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

§ 1º - Caso algum veículo não esteja devidamente regularizado, deverá ser substituído por outro ou regularizado no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de notificação, de modo a atender as exigências estabelecidas neste Edital.

§ 2º - O controle das linhas, bem como a supervisão da execução contratual será de responsabilidade do Departamento Municipal de Educação.

§ 3º - A contratação será efetuada por “quilômetro rodado”, sendo que para os serviços contínuos será condicionada a disponibilidade do veículo no horário integral.

I - A empresa a ser contratada se **obrigará** a:

a) Responsabilizar-se pela contratação dos condutores (motoristas) dos veículos, devidamente habilitados, bem como pela manutenção do veículo, combustível, lubrificantes e tudo que diz respeito ao cumprimento do objeto do contrato;

a1) Quanto a contratação de condutores a que se refere a alínea anterior, estes deverão ter comprovada idoneidade moral, capacidade profissional e ter idade superior a vinte e um anos; a2) Os condutores deverão possuir **curso de formação de condutores** de veículos de transporte escolar;

b) Apresentar, **no momento da contratação**, os seguintes documentos:



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

1) Cópia da Cédula de Identidade (R.G.) e C.P.F. (Cadastro de Pessoas

Físicas) dos sócios da empresa;

2) Certidão negativa da **justiça federal** em nome dos sócios da empresa;

3) Certidão negativa da **justiça estadual** em nome dos sócios da empresa; 4) Certidão negativa de **antecedentes criminais** em nome dos sócios da empresa;

5) Comprovante de regularidade com a **justiça eleitoral** em nome dos sócios da empresa;

6) **Certifica de Registo de Licenciamento do Veículo;**

c) Colocar como condutores dos veículos pessoas comprovadamente habilitadas na categoria “D” ou “E”, na forma prevista pela legislação de trânsito;

d) Apresentar comprovante de **seguro do veículo**, que indenize danos materiais e pessoais, respeitando um limite mínimo para indenização;

e) A instalar e dar manutenção periódica ao registrador inalterável de velocidade e tempo (**CRONOTACÓGRAFO**), na forma do art. 105 do CTB

(Código de Trânsito Brasileiro). Tal exigência não se aplica ao veículo Kombi;

f) Responsabilizar-se por toda e qualquer avaria que os veículos venham a sofrer durante a execução dos serviços, oportunidade que este deverá ser substituído imediatamente, para se evitar a paralisação dos serviços;

g) Substituir, imediatamente, todo pessoal que sem motivo justificado venha a se ausentar durante suas atividades do local de trabalho, ou cuja presença for julgada inconveniente pelo Departamento Municipal de Educação;

h) Executar os serviços contratados de acordo com as especificações



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

estabelecidas pelo Departamento Municipal de Educação, obedecendo às condições fixadas neste contrato, em licitação e na proposta de preços; e

i) Possuir veículo reserva para substituição dos que porventura apresentem defeitos, não podendo haver interrupção dos serviços.

5.7 – A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados não os atender de acordo com este Edital, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Art. 7º, “caput” da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O SEU RECEBIMENTO

6.1 – Os serviços serão executados de conformidade com as necessidades da Administração e, quando necessários, serão desempenhados de forma **mensal/contínua** nos locais indicados pelo Departamento de Educação. Deverão obedecer os **200 (duzentos) dias letivos** dentro da vigência da presente Ata de Registro de Preços, que é de 12 (doze) meses.

6.2 – O objeto da presente licitação será recebido:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos;
- c) Serão **rejeitados** no recebimento, os serviços fornecidos com especificações diferentes das constantes no **ANEXO I**, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 6.3 abaixo.

6.3 – Caso o(s) serviço(s) seja(m) considerado(s) **INSATISFATÓRIO(S)**, será



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

lavrado termo de recusa, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

- a)** se disser respeito à execução dos serviços, rejeitá-lo no todo, determinando sua readequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1)** na hipótese de readequação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

7.1 – Os preços ajustados para a execução do objeto deste Pregão são os constantes da Ata de Registro de Preços e serão fixos e passíveis de recomposição.

7.2 – O preço deverá ser fixo equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento na forma prevista no Edital.

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

7.3 – Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos etc.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS

8.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição, desde que comprovadas à ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.2 – Os preços pactuados no Pregão serão fixos e recompostos, cabendo atualização financeira quanto à valoração dos serviços contratados exclusivamente se houver



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

acréscimo ou decréscimo determinado pelo Governo Federal. O índice para calcular a variação no período será o **Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) publicado pela Fundação Getúlio Vargas**, respeitados os seguintes critérios:

a) A contratada poderá requerer e a Administração poderá proceder de ofício a recomposição de preços, em razão de variação verificada no mercado. O registro da revisão dar-se-á mediante termo aditivo.

b) Se for verificada variação nos preços de mercado para menor, a

Administração poderá, de ofício e independentemente de anuência da contratada, proceder a recomposição de preços, devendo constar anexo ao competente termo aditivo o levantamento de preços do período, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para comprovação da variação de preços.

c) A contratada, pleiteando a recomposição de preços, deverá apresentar requerimento por escrito. A Administração, neste caso, deverá realizar consulta junto ao órgão competente, nos moldes do item anterior, para averiguação acerca da pertinência da recomposição requerida.

d) A recomposição de preços passará a ter eficácia sobre os serviços posteriores à efetivação do termo aditivo referente ao requerimento da contratada ou determinação da Administração.

8.3 – Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

8.4 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o prestador de serviço registrado será convocado pelo Município de Jardim Alegre para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Jardim Alegre.



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

CLÁUSULA NONA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Município de Jardim Alegre), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 063/2007, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços.

9.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame, independentemente dos quantitativos registrados na Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 – O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em **até 15 (quinze) dias após a efetiva prestação dos serviços**, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade e prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

10.2 – Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

I – Da Contratada:

a) Prezar pela execução regular, eficiente e satisfatória de todos os serviços pertinentes ao objeto deste Contrato, de acordo com as determinações do

CONTRATANTE;

b) Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo permitida a subcontratação, sob pena de rescisão de contrato, exceto se o município assim o permitir;

c) Se houver necessidade de substituição de veículo pela CONTRATADA, isto somente poderá ser feito após concordância formal do Município, com a vistoria prévia;

d) Assumir total e exclusiva responsabilidade pelos pagamentos dos tributos de qualquer natureza, taxas, salários de funcionários, contribuições sindicais de funcionários, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, indenizatória, comercial e qualquer outro que possa incidir em decorrência da execução deste instrumento, inclusive despesas com combustível e manutenção;

e) Adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos escolares e terceiros, assim como todas as providências relativas **ao seguro** de tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias e acidentes que se verificarem;

f) Responsabilizar-se pela revisão semestral dos veículos nos termos do

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

Artigo 136, da Lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, comprometendo-se a sanar as irregularidades, caso surjam, no prazo estipulado pelo órgão competente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis (art. 230 do CTB);

g) Zelar para que os veículos estejam em perfeitas condições, observando as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de serviços de transporte escolar,



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro e demais determinações da Secretaria Municipal de Educação, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editadas, e ainda estar com toda a documentação sempre em ordem;

h) Promover a devida manutenção de seus veículos, durante toda a vigência do Contrato, efetuando reparos e consertos a defeitos ou falhas mecânicas que venham a surgir, providenciando inclusive a imediata substituição das peças, necessária para que os mesmos possam trafegar em perfeitas condições de conservação e funcionamento, sem oferecer risco à segurança dos passageiros, e se preciso, providenciar veículo de reserva;

i) Manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução do serviços solicitados;

j) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado, fornecendo aos mesmos todos os dados e informações necessários sobre os veículos e condutores sempre que solicitado e dentro dos prazos estipulados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender de imediato todas as

reclamações a respeito da qualidade na execução dos serviços;

k) Fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão (**SIGET-Sistema de Gestão do Transporte Escolar**), sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

l) Responsabilizar-se única e exclusivamente pela contratação de pessoal habilitado, observando a legislação vigente;

m) Para os condutores de veículos a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar o respectivo certificado de habilitação no **Curso de Transporte de Escolares**;

n) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste Contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade,



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, devendo para tanto procurar modernizar seus veículos e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes deste Contrato;

o) Tratar com respeito e urbanidade os escolares, os agentes de fiscalização do CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte escolar;

p) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e especificações exigidas no Edital de Licitação e seus anexos;

q) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados,

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

r) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

s) Manter a prestação obrigatória destes serviços durante a totalidade dos dias letivos previstos no calendário escolar;

t) Cumprir os itinerários/roteiros convencionados, prezando integralmente pela segurança, conforto e comodidade adequada dos passageiros transportados;

u) Não permitir o embarque e desembarque dos escolares fora dos locais e horários predeterminados pelo CONTRATANTE, isentando o Município de qualquer custo excedente;

v) A CONTRATADA oferecerá adaptação necessária para deficientes físicos quando no itinerário/roteiro for constatada a presença dos mesmos;



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

w) Cumprir todas as especificações previstas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017** que deu origem ao presente instrumento.

II – Do Contratante:

- a) Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
- b) Promover o apontamento no recebimento dos serviços, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
- c) Elaborar e manter atualizada listagem de preços que contemple a relação dos serviços para os fins previstos nesta Ata e na Nota de Autorização da Despesa.
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- g) A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nos seguintes casos:

- a) Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima quarta.
- b) Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.
- c) Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.
- d) Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como desta Ata.
- e) Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada.
- f) Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º, “caput” da Lei nº

10.520/02, a licitante vencedora do certame ficará sujeita, garantida a defesa prévia, à multa diária de 0,35 % (zero vírgula trinta e cinco por cento) até o 2º (segundo) dia, e de



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

0,70 % (zero vírgula setenta por cento) a partir do 3º (terceiro) dia, por atraso injustificado na prestação dos serviços.

14.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas no artigo 7º, “caput” da Lei nº 10.520/02, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não prestados.

14.3 – O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

14.4 – As multas previstas não têm caráter compensatório, mas sim, **moratório**. Conseqüentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer

observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2 – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e nãocompetitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3 – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo

financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor,

como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento desta avença perante o Foro da Comarca de Ivaiporã, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

17.2 – A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços

Contas do Estado do Paraná. ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386
Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

Jardim

se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.

17.3 – A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da Ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento da prestação dos serviços, até a elaboração de um novo contrato.

17.4 – Todos os prazos constantes em cada termo contratual **serão em dias úteis**, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

17.5 – A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da Nota de Autorização da Despesa pela Divisão de Compras.



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017

17.6 – Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 063, de 27 de julho de 2007.

Estando justas e contratadas, firmam a presente Ata, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Jardim Alegre-PR, 26 de Janeiro de 2017.

José Roberto Furlan

Prefeito Municipal

Contratante

G.C DE OLIVEIRA TRANSPORTE

ESCOLAR

Geraldo Calixte de Oliveira

Contratada

M. F. FRAGA MATIAS – EIRELI - ME

Marcos Fernando Fraga Matias

Contratada

**TRANSPORTE DE ‘
PASSAGEIROS**

JARDIM FLORESTAL LTDA - ME

Carlos Jacinto

Contratada

Testemunhas:

Marta Aparecida de Paula Spadrizani
943.545.969-20

Neni Aparecida Caroba Canterteze CPF:
CPF: 432.188.739-91



Diário Oficial

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 180/2012, com a Lei Complementar nº31/2009 e com o Acórdão nº 302/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANO: 2017 / EDIÇÃO Nº 386

Jardim Alegre, Terça-Feira, 07 de Fevereiro de 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE
CNPJ: 75.741.363/0001-87 Estado do Paraná Exercício: 2016
Pregão Presencial

Ata de Realização do Pregão Presencial nº 41 / 2016

Data e Hora de Abertura da Sessão	Data e Hora de Encerramento da Sessão	Nº da Ata	Nº da Sessão	Posição da Sessão	Tipo do Pregão
03/02/2017 14:00	03/02/2017 14:40	2	2		Menor Preço por Item
Orgão Interessado					Processo
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE					/

Objeto

Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) destinado à manutenção das Secretarias desta municipalidade, para o período de 12 (doze) meses,

Pregoeiro(a)

- Portaria nº / de

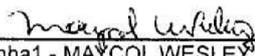
Às quatorze horas do dia três de fevereiro de dois mil e dezessete, na sala do Departamento de Compras e Licitações do Município de Jardim Alegre, reuniu-se a Pregoeira Juliana Augusta Serafim Barbosa Manochio e Pregoeiro Substituto Maycol Wesley Rohling e a respectiva Equipe de Apoio nomeados pela Portaria N.º 011/2017, para realização de uma nova sessão, referente ao Pregão Presencial 041/2016, onde foi convocado a empresa GENUINUS PRODUTOS LTDA ME, representada pelo sr Davi Marin, a qual participou do certame, para que tenha conhecimento sobre o pedido de rescisão amigável da empresa SPADRIZANI & SPADRIZANI, onde foi dado o parecer jurídico favorável. Sendo assim a empresa GENUINUS PRODUTOS LTDA cientificou-se que por ocasião deste evento está habilitado a assumir o contrato e dar continuidade ao fornecimento dos produtos (Gás Liquefeito de Petróleo - GLP)

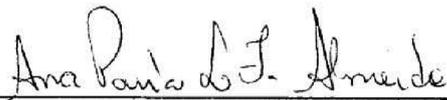
A pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, declarou-se encerrados os trabalhos.


Juliana A. S. Barbosa
Manochio
Pregoeira
Portaria 011/2017

Portaria nº / de

14.688.031/0001-91 - GENUINUS PRODUTOS LTDA - ME
008.105.209-07 - Davi Marin


Testemunha1 - MAYCOL WESLEY ROHLING
066.982.379-14


Testemunha2 - ANA PAULA LOPES FERNANDES DE ALMEIDA
053.673.539-59